O senhor Edmo João Gela respondeu que em todos os processos eles foram defendidos pelo Estado, mas o relatório dos nossos colegas Procuradores, eles se queixam de que não tem apoio adequado para esse departamento.

O senhor deputado Salvador Khuriyeh - após comentar a respeito do assunto, fez as seguintes perguntas:

- Se um processo o tramitou e o Estado foi condenado, alguém se beneficiou de modo irregular mas foi condenado - já tramitou em julgado, já é precatório, a OAB vai defender que o Estado cumpra sua obrigação, ou seja, que o Estado pague, esquecendo-se do fato de estar ou não irregular?

- A OAB demonstra que o advogado não é assistente, mas o perito o é. O advogado, portanto, não é responsável pelo laudo, responsabilizando-se apenas por defender o interesse do particular, do proprietário da área, sem entrar no mérito do laudo

- se está correto ou não. Se ao longo ou ao final do processo houver a constatação de que houve erro do perito em determinado processo, de que ele o tenha superavaliado, por erro, por engano ou compreensão de conceito diferente, ou até por má fé, o advogado e a Ordem vão continuar fazendo prevalecer a idéia de que o Estado tem que pagar?

A OAB defende o pagamento, também, ainda que os valores sejam corretos, mas que o procedimento, de algum modo, tenha sido falho, ou seja, que em algum momento se tenha deixado de cumprir alguma regra legal?

O senhor Edmo João Gela após fazer comentários a respeito da fala do Senhor Deputado Salvador Khuriyeh disse que a OAB veio até esta Comissão como convidada, para colaborar. E ela está interessada em que, se houver fraudes, elas sejam apuradas e responsabilizadas, sejam elas quais forem: do perito, juiz, desembargador, advogado. É preciso deixar bem claro, porque parece-me que talvez não tenha passado pela leitura do documento esse entendimento que a OAB está querendo que se apure. Ela prestigia muito esta Comissão e deseja que ela tenha êxito para que, se houver qualquer nebulosidade, que ela seja esclarecida.

O senhor Edmo João Gela falou ainda a respeito dos valores dos precatórios. O valor pode parecer alto muito mais em razão dos juros compensatórios e moratórios do que da indenização em si. Hoje, quando se vai liquidar um precatório, vem lá a liquidação. Indenização - X; juros moratórios - muito mais; juros compensatórios - muito mais, e ainda tem os honorários de advogado. Isso atinge valores que podem parecer até exorbitantes, sem dizer que passamos por um período de moedas diferentes, cujos critérios de correção ainda são discutidos no Tribunal.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh perguntou se existe alguma Lei que trate de juros compensatórios ou é uma criação dos Tribunais?

O senhor Edmo João Gela respondeu que é uma decisão jurisprudencial.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh comentou ter a impressão de que os juizes criaram isso por conta própria.

O senhor Edmo João Gela disse que isto foi criado a muito tempo. E não só para as desapropriações ambientais e para esse tipo de processo - para qualquer processo. Os juros moratórios e compensatórios são iguais para todos os processos. Em seguida chamou a atenção sobre a Comissão de Precatórios. A Comissão de Precatórios cuida, mas ela funciona como um todo e tem-se preocupado mais com o não pagamento do precatório.

O senhor deputado Vanderlei Siraque perguntou se existe uma ordem diferente para cada precatório - precatório ambiental, de aposentados ou é tudo uma ordem só.

O senhor Edmo João Gela respondeu que não. Existe uma ordem diferente para o "alimentar" e o "não alimentar". O alimentar tem preferência.

O senhor deputado Salvador Khuriyeh comentou que em sua exposição o procurador-geral do Estado disse que o Estado vinha cumprindo a ordem de pagamento e houve uma interrupção, a partir do momento em que o Estado foi condenado a pagar a desapropriação proveniente da área da Prefeitura de Caraguatuba, porque na ordem dos precatórios era o próximo.

O senhor Edmo João Gela disse que não. É um jogo de palavras, "vinha cumprindo" não significa que estejam atualizados até o ano de 1999. Não, o precatório alimentar pago foi o de 96.

O Estado está devendo 97, 98, 99 e os já de 2000. Existem duas ordens - o precatório alimentar e o não alimentar. Ele existe, sim, por ano. É pago o precatório alimentar de 96, depois ele entra no precatório alimentar de 97, para depois entrar no "não alimentar".

Existe uma discussão jurídica, que não interessa muito ao Estado, e o comum nessa opinião é que o precatório alimentar tem precedência total sobre os demais. Não deveria nem existir precatório, e esta é minha opinião pessoal. Não deveria ter preferência absoluta: condenado, apenas colocar no Orçamento e pagar no ano seguinte. O que mais preocupa a Comissão de Precatórios é justamente o problema dos precatórios alimentares. São milhares de pessoas, que estão hoje na faixa de 75 a 80 anos de idade, com processos de precatórios que, somados, já atingem 18 anos, sem que eles tenham esperanças de receber.

O senhor deputado Wadih Helu teceu vários comentários a respeito da atuação de advogados em processos de desapropriações.

O senhor deputado Alberto Turco Loco Hiar perguntou se o senhor Edmo sabia da existência de cinco processos, que analisados pela Secretaria do Meio Ambiente e pela Procuradoria-Geral, onde constavam equivocados e se em ele sabendo poderia apontá-los um a um, e também perguntou se a OAB tinha conhecimento de um contrato "ad exito", se ele tem algum interesse como sócio.

O senhor Edmo João Gela respondeu que existem honorários contratados "ad exito", é permitido e varia de caso a caso. O contrato "ad exito" é possível, sim, é permitido não só nessa matéria de precatórios, mas em qualquer causa. Eu diria, aliás, que é um contrato até injusto para o advogado, porque significa "ao vencer a causa", ou seja, se ele perder, na maioria das vezes, terá trabalhado inutilmente. Disse ainda que se ficar constatado, após a coisa julgada, que houve uma fraude, ainda há recurso, dentro de um prazo, chamado ação rescisória. E a isto a OAB é favorável.

O senhor Deputado Milton Brandão fez comentários a respeito da reunião da CPI.

A seguir a Comissão passou a ouvir as manifestações da Senhora Norma Jorge Kyriakos.

A Senhora Norma Jorge Kyriakos disse que participa do grupo político que à época dirigia a OAB/SP e que chegou ao seu conhecimento que estava sendo publicado um boletim que, após avaliar o "boneco" do boletim, lhe pareceu inadequado.

A respeito da impressão do boletim, protestou dizendo que deveriam ser ouvidas as duas partes que enfrentavam a questão dos precatórios, sendo necessário que os advogados públicos também lançassem suas razões.

Procurada pela assessoria de imprensa da OAB que lhe informou que não havia conseguido manifestação por parte da Procuradoria Geral do Estado, ponderou que seria melhor se dispôr a dar entrevista, dentro dos fatos genéricos que tinha conhecimento.

Ressaltou o quadro de pessoal gabaritado da Procuradoria e que não havia pessoal administrativo para acompanhamento desses processos. Em suma, especificou os problemas administrativos e de aparelhamento que enfrenta a Procuradoria Geral do Estado.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh fez a seguinte indagação: No princípio da sua entrevista há uma frase que diz que "há uma ação predatória muito clara, com fins evidentes de lucro ilegal e indevido". A Senhora inicia a entrevista dizendo que a questão envolvendo a Serra do Mar é

antiga e sempre dramática. Eu gostaria, diante da sua experiência, que Vossa Senhoria pudesse esclarecer um pouco mais a questão, quando fala na ação predatória com fins de lucro ilegal e indevido.

A Senhora Norma Jorge Kyriakos respondeu que não podia falar sobre fatos nem casos concretos. O que sei que acontece na Serra do Mar refere-se a diversos tipos de ações. Além da questão da desapropriação indireta, que é o tema direto desta CPI, outros eventos ocorriam em relação à chamada limitação administrativa. Pessoas ou grupos de pessoas instalavam-se na Serra do Mar, havia grande dificuldade em desalojar essas pessoas e a Serra do Mar sofria uma atividade predatória das suas florestas e espécies que lá se encontravam. Havia também uma exploração ilegal das madeiras que estavam na Serra do Mar.

O senhor Deputado Jorge Caruso após ter feito comentários a respeito da posição da OAB sobre precatórios fez as seguintes indagações:

Pela sua experiência e pelo cargo que ocupou, apesar de o Estado estar sendo bem defendido, como Vossa Senhoria bem colocou, onde se encontra o início ou o maior problema para que haja essas distorções nos processos, como vem ocorrendo ou supostamente ocorrendo? Ou seja, se vimos discussões sobre juros moratório e tudo o mais, e, como advogado também, passos do pressuposto de que o pivô disso tudo seria o laudo, seria o montante inicial da avaliação. Parto desse pressuposto e posso estar errado.

O laudo está errado? Há várias arestas: o perito nomeado pelo juiz pode ter tido má-fé, pode ter errado o assistente técnico da parte interessada do particular pode ter aumentado o seu valor, para haver depois aquela comparação, o assistente técnico do Estado talvez não tenha se levantado em um bom dia e esteja de mau humor, porque recebe pouco do Estado e tenha resolvido elevar o valor; o advogado pode ter influenciado o perito, o Procurador do Estado pode ter feito corpo mole; o juiz pode estar recebendo participação nos honorários que vão ser arbitrados pelo seu perito. São diversas variantes. Mas na sua avaliação, como Procurador, onde está o início do foco principal ou aquilo que seria talvez o problema mais grave para se combater?

A Senhora Norma Jorge Kyriakos disse que é um pouco difícil dizer exatamente onde está, mesmo porque Vossa Excelência levanta aí algumas - não digo que sejam acusações, porque não está mencionando os acusados, mas não deixam de ser acusações, e são extremamente graves. Essas investigações podem e devem ser feitas. Não me parece que o Poder Executivo possa não pagar, depois de esgotados todos os recursos, as rescisórias e tudo o que se possa imaginar em termos de apuração da realidade, que o Executivo possa se escusar de pagar esses precatórios no sentido de o assunto ser resolvido.

Por outro lado, é preciso igual e importante empenho na questão levantada, das indenizações ambientais. Em relação aos processos eu até penso, na minha avaliação, que já coloquei o que tem de ser feito. É preciso fortalecer a advocacia do Estado, suprimindo todas as questões que coloquei aqui: Posso falar, por exemplo, em relação ao pagamento de assistente técnico. O problema relacionado ao pagamento dos assistentes técnicos diz como o fato de: quando a Secretaria da Fazenda - ou os órgãos administrativos - liberam esse pagamento, tanto dos técnicos quanto dos oficiais de justiça? O que me parece é que é preciso esse fortalecimento da advocacia do Estado.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh questionou se o Estado aparelhando melhor a Procuradoria haveria uma diminuição de erros, fraudes ou corrupção.

A Senhora Norma Jorge Kyriakos disse que não pode afirmar, com toda a certeza, que isso vai acontecer, mas o que pode afirmar é que, quanto melhor aparelhada tanto a empresa pública quanto a empresa privada, suas condições de bom funcionamento se ampliam.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh fez um comentário a respeito dos valores das desapropriações e dos trabalhos da CPI e pedindo um conselho a Senhora Norma Jorge Kyriakos pergunta como a CPI deve agir.

A Senhora Norma Jorge Kyriakos responde que uma das medidas que os Senhores Deputados deveriam tomar, já estão tomando, agindo, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e em tantas outras quantas sejam necessárias. Por que só agora apuramos que as indenizações são exacerbadas? De qualquer maneira, apuramos agora e estamos tomando as medidas necessárias, o que não quer dizer que não haja outros precatórios, que eles não estejam envolvidos na questão das indenizações ambientais, e que, por essa razão - das indenizações ambientais - devam ser retidos e não pagos.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh pergunta se a Senhora Norma Jorge Kyriakos, como ex-Procuradora do Estado, defendendo o interesse depois de decidido judicialmente tem de pagar e não se discute mais.

A Senhora Norma Jorge Kyriakos respondeu que esse "decidiu judicialmente tem que pagar e não se discute mais" é muito relativo, porque na verdade se discute sim, tanto que o Estado ajuizou medidas, perante o Supremo Tribunal Federal, que fez reverter-se a situação.

A isto sou favorável. Acho que isto deve ser feito enquanto possível. E dever do servidor público, e até do advogado que não seja servidor público, esgotar todos os recursos enquanto for possível, jurídica e legalmente, enquanto encontrar caminhos legais para que isso cesse e aí não se pode reter o pagamento sob pretexto de que foi superavaliado.

Minha sugestão é a de que essa discussão se dê o quanto antes, e que essa apuração de super-avaliação se dê também antes do trânsito em julgado, se possível e quando possível. E esta a colocação que faço e é por isso que desfilo essas reivindicações todas-para que o fortalecimento da advocacia do Estado colabore para que isto aconteça antes e não depois.

O senhor Deputado Vanderlei Siraque pergunta se a Senhora Norma Jorge Kyriakos tem conhecimento em relação aos títulos, no sentido de saber se são legítimos ou não. E também se reafirma o que foi publicado no boletim da OAB.

A Senhora Norma Jorge Kyriakos disse reafirmar o que foi publicado no boletim da OAB. Gostaria de esclarecer, em relação à questão dos títulos de terras, que isso ocorre muito nas regiões dos assentamentos de terra, uma região onde há conflitos fundiários - e aí é que entra o trabalho do Instituto de Terras, que também entrou na fase de enxugamento.

Ai esses títulos são extremamente discutíveis, as origens são muito discutíveis, mas essa questão, com o passar dos anos, foi tomando um rumo que me parece mais concreto.

Em relação à questão ambiental, apesar de tudo o que foi dito aqui, o Estado não está sendo falho na sua defesa. Vou a insistir em que o Estado tem sido bem defendido. O que ocorre é que os advogados do Estado estão sendo obrigados a se desdobrar, a se dedicar a parte das questões que não seria necessário que eles resolvessem.

O senhor Deputado Vanderlei Siraque perguntou se em não existindo um contador como o advogado vai contestar os cálculos, se a outra parte tem assistente técnico contábil.

A Senhora Norma Jorge Kyriakos respondeu que os assistentes técnicos e engenheiros não têm faltado e têm desempenhado com muita competência. São pessoas normalmente especializadas na área, que se interessam pela questão ambiental.

O senhor Deputado Jorge Caruso fez a seguinte indagação: Aparelhar tecnicamente o Estado, em nível de um conselho de técnicos, engenheiros, peritos contábeis e tudo

o mais, e normatizar isso, de forma obrigatória, em todos esses processos, embora a norma processual seja federal. Mas normatizar em nível de Estado de São Paulo. Que todos os laudos dos peritos oficiais judiciais e também dos peritos técnicos sejam submetidos a esse conselho, para fortalecer a defesa do procurador. Vossa Senhoria acha que ajudaria, e também, acha que seria legal um conselho desta natureza?

A Senhora Norma Jorge Kyriakos respondeu que sob o prisma legal não há nenhum impedimento. O Estado resolve como administrar isto é possível. O que me preocupa um pouco é a possibilidade de um retardamento burocrático dessa questão. Eu concordo em que alguma solução tem que ser encontrada, e talvez esta seja uma solução mais "coletivizada" dessas questões.

O senhor Presidente Milton Flávio, tendo em vista não haver mais questões a serem discutidas, deu por encerrada a presente reunião.

REUNIÃO - 23/10/2000 MANIFESTAÇÃO DO SENHOR FLÁVIO JOSÉ DE SOUZA BRANDO

A reunião do dia 23 de fevereiro de 2000 foi realizada para ouvir as manifestações do Advogado senhor Flávio José de Souza Brando, que se fez acompanhar do representante da OAB, Dr. Laerte de Macedo Torres.

Iniciou informando ser advogado em dois processos de desapropriação em áreas de proteção ambiental, situadas no Parque Estadual de Jacupiranga. A seguir, procedeu a leitura de parte de documentos contendo manifestações judiciais sobre ações de desapropriação em áreas de proteção ambiental, que posteriormente entregou ao senhor Presidente desta Comissão. Informou que em uma dessas ações, o Estado propôs 27% de desconto, o que foi aceito pelo seu cliente, desde que o pagamento fosse efetuado no prazo estabelecido. O Estado não pagou na data aprazada, portanto tendo perdido o desconto acordado. Após contestou a responsabilidade dos peritos e dos Assistentes Técnicos e afirmou que quem decide seria o Juiz. Informou que num dos seus processos, o perito avaliou a gleba em cerca de 32 milhões de reais e o Assistente Técnico avaliou em 11 milhões de reais, discrepância que não lhe pareceu tão grande. Em outro processo, a Fazenda alegou que não podia proceder ao pagamento, por que a área referida seria de seu cliente. Entretanto, no processo, já mencionado, manifestou-se no sentido de que a área seria do Estado.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh solicitou um esclarecimento maior sobre se a Fazenda do Estado tem utilizado entre outros argumentos, para não fazer o pagamento de precatórios, o fato de que é de clientes do senhor Flávio Brando. Eles têm dito que não pagam porque a área é dos clientes do senhor?

O senhor Flávio Brando disse que em algumas circunstâncias, a Fazenda tentou questionar a titularidade, quem são os verdadeiros proprietários. Porque em alguns casos, realmente, existe muita confusão no registro imobiliário.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh questionou o senhor Flávio Brando se em sua opinião o Estado, através de sua advocacia, tem utilizado de instrumentos que não são técnicos, que não são necessariamente legais, tanto no campo da ética, quanto da verdade para poder defender o Estado. Por conta disso, as ações do Estado se colocam meramente protelatórias, o que naturalmente, ao final do processo, trarão outros custos, outros ônus para o Estado, em decorrência de atrasos, correções e tudo o mais. É isso?

O senhor Flávio Brando respondeu que quem determina a litigância de má-fé são os Tribunais, os Juizes.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh pergunta se o Estado, entre outros argumentos, tem dito que a área está sendo desmatada, quando na verdade a área é de responsabilidade do Estado, o parque já está efetivamente constituído. Ou seja, quem deveria cuidar da área é o próprio Estado. Isso vem ocorrendo e o Estado vem utilizando esse argumento como forma de protelar?

O senhor Flávio Brando disse que nesse caso específico, sim, porque o Estado tem a posse obrigatória do parque desde 1970, e lhe tem levantado a argumentação de que o número de árvores tem diminuído o número de posseiros tem aumentado.

O senhor Deputado Jorge Caruso levanta uma dúvida em relação à defesa da Procuradoria no que tange a dizer que ora não paga porque é seu cliente, ora não. Parto do seguinte princípio: há uma desapropriação em cima de uma determinada área. Para haver essa defesa por parte da Procuradoria, presumo que está havendo uma colidência de área, alguma coisa assim, ou então está havendo dois processos de desapropriação da mesma área.

O senhor Flávio Brando disse que não, até porque a Fazenda tem muita razão em dizer que em determinadas regiões do Estado há uma situação fundiária complicada. Isto tem que ser revisto.

O senhor Deputado Jorge Caruso questiona se o Estado está querendo contestar os títulos apresentados. Não é sobre a mesma área, mas versa a discussão sobre a documentação.

O senhor Flávio Brando disse que é sobre a documentação que inclui áreas em diversos perímetros, mas as escrituras são as mesmas, mas o mesmo cartório de registro de imóveis, com o mesmo registro imobiliário.

O senhor Deputado Jorge Caruso questionou se houve alguma ação do Ministério Público com relação a acusação desse perito de improbidade administrativa, alguma coisa na esfera criminal fora do processo, dessa exclusão processual do Ministério Público? O senhor tem conhecimento se esse perito está sendo processado?

O senhor Flávio Brando respondeu que tem conhecimento porque foi noticiado nos autos da ação principal que o Ministério Público ingressou com uma ação civil pública contra este perito judicial.

O senhor Deputado Jorge Caruso perguntou se o senhor Flávio Brando sabia dizer se o teor da acusação foi originária em função desse precatório específico?

O senhor Flávio Brando respondeu que não está acompanhando essa ação, mas parece que o Ministério Público questiona os critérios adotados por esse perito, que é de confiança do juízo, na perícia que está disponível nos autos.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh pergunta se pelo fato do Estado quebrar o acordo feito, isto gerou outro processo no sentido de se reparar o prejuízo causado?

O senhor Flávio Brando disse que quanto a esses acordos descumpridos, V. Exa. tem toda a razão. Além do Estado ter perdido esse desconto, é uma tese que tenho meditado junto com os colegas, porque os clientes perderam uma oportunidade de negócio, perderam circunstâncias mercantis importantes que poderiam ter utilizado em grandes negócios. Se isto for provado, evidentemente seria cabível uma ação de indenização.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh perguntou se o Estado tem praticado este tipo de postura, tem quebrado acordo, tem atrasado demasiadamente os pagamentos, o que pode acabar redundando em outros prejuízos, em outros custos para o Estado?

O senhor Flávio Brando respondeu que tem conhecimento porque acompanha o trabalho de outros advogados que atuam nesta especialidade e as informações disponíveis são: o Estado está atrasado muitos anos e nesses atrasos evidentemente se encontram os acordos.

O senhor Deputado Jilmar Tatto perguntou há quanto tempo o senhor Flávio Brando advoga nessa área específica de precatórios ambientais ou precatórios de modo geral?

O senhor Flávio Brando respondeu que o primeiro processo é de 1982. São 18 anos, com relação a precatórios.

O senhor Deputado Jilmar Tatto perguntou se nos governos Quéricia, Flcury e Covas foram feitos acordos, se é uma norma da Procuradoria? Se está sendo feito mais agora ou no passado? O senhor poderia fazer um balanço para nós?

O senhor Flávio Brando respondeu que não. Isso é de política administrativa.

O senhor Deputado Jilmar Tatto perguntou se o senhor Flávio Brando participou desses acordos como advogado?

O senhor Flávio Brando respondeu que participou de apenas um.

O senhor Deputado Jilmar Tatto perguntou se o acordo já tinha sido julgado pelo Supremo Tribunal Federal?

O senhor Flávio Brando respondeu que sim.

O senhor Deputado Jilmar Tatto perguntou se o acordo foi feito depois de ter sido julgado pelo Supremo, o acordo de receber simplesmente, não entrava no mérito do precatório se era ilegal ou imoral?

O senhor Flávio Brando respondeu que não; o Estado estava inadimplente, foi convocado pela Procuradoria se havia interesse em firmar um acordo e o acordo foi firmado.

O senhor Deputado Jilmar Tatto perguntou se quando o Estado fez o acordo com as partes envolvidas e deixou de pagar as parcelas, pelo próprio contrato, significa que volta como era antes?

O senhor Flávio Brando respondeu que sim. As partes acordaram um desconto de 27%, desde que fossem cumpridos os prazos. Como os prazos não foram cumpridos, o Estado não pôde se beneficiar desse desconto acordado amigavelmente entre as partes. Ou seja, a inadimplência do Estado efetivamente acusou prejuízo aos cofres.

O senhor Deputado Jilmar Tatto perguntou se isso aconteceu mais recentemente ou isso vinha acontecendo inclusive na década passada ou retrasada?

O senhor Flávio Brando respondeu que infelizmente o atraso tem sido uma constante.

O senhor Deputado Jilmar Tatto comentou que no boletim nº 8 da OAB foi feita a seguinte pergunta ao senhor Flávio Brando: Como o senhor analisa a contestação dos precatórios ambientais no Supremo? O senhor Flávio Brando respondeu o seguinte: Faz parte da polêmica instaurada para criar um clima junto à sociedade organizada para conseguir mudar a regra do jogo, com o jogo em andamento, buscando uma nova forma para recalcular as dívidas. A seguir, o senhor Flávio Brando, como advogado e como parte interessada não seria mais prudente dizer que o supremo vai analisar com carinho e com certeza vai buscar melhor entendimento?

O senhor Flávio Brando respondeu que essa opinião é pessoal, não é opinião da OAB, não é opinião da Comissão de Precatórios e eu me responsabilizo integralmente por ela.

Se não fui feliz nas palavras, posso voltar a falar. É o seguinte: existe um projeto em andamento no Congresso para dar uma moratória de dez anos nos precatórios e eles falam até num período de carência de dois anos em que não se pagaria absolutamente nada. Seriam dois anos para um suposto recálculo, depois mais dez anos para pagarem todos os processos pendentes, até processos ajuizados a 31/12/99. Em outras palavras é o seguinte: o Governo de São Paulo pode ter se utilizado de uns poucos processos para criar uma nuvem de fumaça, uma poluição em cima de precatórios em geral e tentar convencer a opinião pública de que tudo que se refere a precatório é pecaminoso e algo que tem que ser feito.

O senhor Deputado Jilmar Tatto comenta a respeito da polêmica causada pela resposta que o Senhor Flávio Brando deu a pergunta, feita no boletim nº 8, sobre o livro "Regularização Imobiliária de Áreas Protegidas - vol. 1 - coletânea de trabalhos Forenses, Relatórios técnicos e jurisprudência", onde o senhor Flávio diz que o referido livro é uma desonestidade intelectual e a declaração do Procurador Geral que esclarece a situação atual dos processos citados no livro e faz a seguinte pergunta: Quem está com a razão?

O senhor Flávio Brando respondeu que respeita a opinião do Procurador Geral, tenho minha opinião e a mantenho.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh pergunta se o Estado tem respeitado a ordem para proceder ao acordo ou não tem respeitado?

O senhor Flávio Brando respondeu que tanto quanto ele saiba um número grande de colegas advogados foram chamados e consultados se desejavam fazer acordo ou não. Alguns fizeram, outros não.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh perguntou se o Estado poderia, de certa forma, estar fazendo um chamado pela ordem, mas nem todos necessariamente fizeram acordo. Aí o Estado se sentiria de certo modo protegido pela Lei para fazer acordo com outros, que na seqüência aceitaram. Em princípio é isso?

O senhor Flávio Brando respondeu que acordos foram feitos em alguns casos, em outros não. Exatamente o critério que o Estado adotou, a interpretação que ele teve, não saberia dizer.

O senhor Deputado Salvador Khuriyeh perguntou ao Senhor Flávio Brando se ele saberia dizer, como houve um atraso no pagamento, em princípio uma quebra de acordo, se o Estado agiu desse modo também com todos os demais precatórios.

O senhor Flávio Brando respondeu que sabe de alguns acordos que tem sido pagos, alguns estavam sendo pagos e foram suspensos por decisões judiciais.

O senhor deputado Salvador Khuriyeh perguntou se há possibilidade de o Estado proceder segundo uma metodologia, buscando fazer acordos, ouvindo as partes interessadas, pela ordem cronológica?

O senhor Flávio Brando disse que a resposta é ordem cronológica. Periodicamente, o que tem acontecido no passado, os advogados são chamados, alguns fazem acordo ou não.

O senhor deputado Salvador Khuriyeh pergunta se o Estado quebra o acordo, isto significa que tem de deixar de pagar os acordos feitos a posteriori ou não?

O senhor Flávio Brando respondeu que sim. Se não está me pagando, não poderia pagar os seguintes.

O senhor deputado Salvador Khuriyeh perguntou se quando foi feito o acordo que V.Sa. representa, qual era a ordem cronológica dos precatórios ambientais?

O senhor Flávio Brando respondeu que não existe uma ordem de precatórios ambientais. Há os alimentares e os não alimentares.

O senhor deputado Jorge Caruso pergunta se no caso de quebra do acordo houve alguma cláusula de multa?

O senhor Flávio Brando respondeu que somente a perda do desconto que foi concedido.

O senhor deputado Jorge Caruso pergunta o que é necessário fazer, em nível de legislação, para evitar esses problemas de indenizações?

O senhor Flávio Brando respondeu que tem que se cumprir a Constituição. Qualquer desapropriação tem que ser paga de maneira prévia, justa e em dinheiro.

O senhor deputado Jorge Caruso pergunta se o senhor Flávio Brando conhece pessoalmente o perito José Eduardo Narciso?

O senhor Flávio Brando responde que conhece.

O senhor deputado Jorge Caruso pergunta se o perito José Eduardo Narciso já atuou em outros casos do senhor ou especificamente nesse caso do precatório?

O senhor Flávio Brando respondeu que ele não participou em nenhum caso seu.

O senhor deputado Jorge Caruso perguntou se o assistente técnico que o senhor utiliza é sempre o mesmo?